

# FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CIÊNCIAS HUMANAS, GÊNERO E SEXUALIDADE NA CONTEMPORANEIDADE, SUGERINDO PRÁTICAS (RE)SIGNIFICANDO TRAJETÓRIAS.

Fabiola Edjanga Lima Freitas <sup>1</sup>

## RESUMO

Quando pensamos em rede educacional, a formação continuada para professores é um dos pilares primordiais da reciclagem desses profissionais. Mas que lamentavelmente continua vivenciando precariedades e deve continuar em pauta no processo discursivo atual, buscando estreitar cada vez mais a distância da formação inicial com a prática no Ensino Básico. Permitindo momentos de reverberação das existências vulneráveis e que nos transportem a ações científico-pedagógicas mais concretas, que possibilitem novas formas de pensar e atuar. Revendo através de outros prismas adversidades que encontrem a garantia de uma formação continuada diversa que permita uma (re)significação a partir do trabalho de cada professora e professor de acordo com realidades distintas, encontradas em suas comunidades escolares. Este artigo vem expor a experiência da abordagem das temáticas de Gênero e Sexualidade, para educadores de Ciências Humanas no município de Maracanaú - CE. Revelando aqui o desenvolvimento da abordagem utilizada para trabalhar essa temática que para muitos não é tão familiar, como ainda, perceber de que forma esse assunto chega até os estudantes LGBTQ+ nas comunidades escolares. Propõe-se a discussão na Escola de temas como empoderamento, visibilidade LGBTQ+ e desconstrução de estereótipos, ao unir teoria e prática, junto ao professorado da rede municipal, na Região Metropolitana de Fortaleza.

**Palavras-chave:** Formação Continuada - Ciências Humanas - Gênero - Sexualidade - LGBTQ+.

## INTRODUÇÃO

Viver a experiência de ser uma criança/adolescente LGBTQ+ em um mundo heterocisnormativo não resulta na construção de lembranças felizes, afetando assim diretamente o seu “EU” psicossocial, interferindo direta/indiretamente na formação deste futuro adulto. Dando margem para que estes indivíduos formulem estratégias de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Possui Mestrado em Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2021). Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2022), Especialização em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2013). Licenciatura Plena em Geografia e Bacharelado em Estudos Regionais pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2002/2010). Professora de Geografia, exercendo atualmente a função de Assessora Escolar (Formadora de Geografia) na Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú - CE. e-mail: [fabiolaedfreitas@yahoo.com](mailto:fabiolaedfreitas@yahoo.com)

sobrevivência que podem assumir o autoapagamento social no ambiente escolar e/ou uma projeção “afetada”, condenável aos olhos do puritanismo social (taxada muitas vezes como uma conduta desviada, associada aos trejeitos masculinos vindo de mulheres e femininos vindos de homens - comportamentos que não são esperados).

Essas saídas subjetivas são criadas como cortinas de fumaça para se desviarem olhares castradores que, em todos os momentos, julgam o que seriam comportamentos corretos ou errados. Essa situação se passa seja dentro de um microcosmo que é a comunidade escolar, quanto no bairro de moradia, nos lugares de lazer, isto é, em todos os espaços coletivos onde as pessoas LGBT+ são apontadas como desvio ao padrão vigente.

Desta maneira, seja para não chamar atenção e assim conseguir ter uma “vida escolar de paz”, buscando a invisibilidade ou confrontando as normas através de suas existências, frequentar a escola deixa de ser um ato apenas educacional e passa a ser um caminho de resistência. Gerando por vezes memórias ruins desse período singular da vida, que podem inclusive fazer parte negativamente do seu desempenho escolar. Sendo obrigados a calar para não “chamar a atenção” ou sendo calados pela opressão da LGBTfobia estrutural, muitos estudantes são obrigados a viver dentro de seus armários particulares, vislumbrando um futuro não tão próximo, onde possam ser eles mesmos e construir novas memórias afetivas, aquelas onde possam paquerar, namorar, andar de mãos dadas, sorrir livremente etc. Sobre essa questão, Lopes (2009) afirma que

Muitos não sentem necessidade de falar de sua sexualidade, mas fez uma enorme diferença para mim não só saber que eu gostava de homens, o que sabia desde criança. Compartilhar esta experiência, mesmo sem precisar dizer com todas as palavras, foi perturbador. Eu estava lá. Certamente não escreveria o que venho escrevendo, não teria começado a falar em sala de aula e em congressos, se não tivesse passado por esta experiência. Foi desta experiência que se construiu a percepção de que minhas responsabilidades como intelectual, gay e brasileiro não podiam se restringir ao de um intelectual orgânico, vinculado a um grupo social, sem levar em consideração complexos processos de exclusão e inclusão social. Não se trata de buscar aceitação e integração numa sociedade injusta, em que o termo gay se restringirá a só mais um rótulo numa sociedade de segmentação de mercado. (LOPES, 2009, p. 357)

Experiência proporcionada a partir da liberdade de ser quem realmente é, poder falar sobre si e não ter vergonha de se expor. Que somente pode ser sentida naturalmente por pessoas heterocisnormativas e que vivem dentro de um padrão social patriarcal, negada aos estudantes que não estão encaixados nesses moldes.

Diante desta dura realidade – presente nos atravessamentos da maioria dos personagens LGBT+ que se encontram na fase estudantil do Ensino Básico – é que

pensamos esse texto. É importante ressaltar, que a escrita é a partir da visão não só de pesquisadora, mais ainda com início nas experiências educacionais, que aqui são colocadas também a partir da perspectiva de educadora, bem como das minhas vivências em sala de aula, como estudante em constante processo de construção e transição.

Histórico que foi se desenhando paralelamente as minhas descobertas, nos processos de idas e vindas do trânsito Travesti – a porção minha que foi silenciada até a Universidade –, que cresceu sem adolescência e desabrocha para um mundo de possibilidades e autoafirmações que não conseguiram acompanhar o processo de transição hormonal sem acompanhamento médico especializado. E aí, voltamos mais uma casa no jogo da vida e do autoconhecimento, encontrando novas formas de sobreviver sob as lentes do espaço vivido heteronormativo.

Em face de minhas vivências, vejo como relevante contribuir com as atuais e futuras gerações através deste trabalho, propondo pensar de que maneira a memória afetiva desta minoria é construída entre os muros e normas escolares na contemporaneidade.

Esse artigo tem como objetivo descrever, compreender e analisar de que maneira os trabalhos desenvolvidos por professores de Ciências Humanas em suas comunidades escolares podem ajudar estudantes LGBT+. Como estes constroem suas espacialidades afetivas no Ensino Fundamental II através do apoio dado pelo professorado durante o processo didático em suas aulas, como ainda perceber de que maneira a formação continuada ofertada pela Secretaria de Educação Municipal de Maracanaú, contribui positivamente para gerar novas metodologias de trabalho e alicerçar as já existentes nas práticas de Educação em Direitos Humanos (Temas Contemporâneos Transversais - TCT). Essa proposta surge a partir de uma pesquisa anterior feita durante o Mestrado Profissional em Geografia (GEOPROF) da Universidade Federal do Rio Grande no Norte (UFRN). Intitulada “Territorialidades LGBTQIA+ na Educação Básica: A Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como Ferramenta de Luta e Resistência”, realizada no período de 2018 a 2020, a pesquisa teve como campo uma escola em tempo integral, apesar de contar outra realidade, abriu caminhos para pensarmos abrangência do assuntos em outros setores da educação maracanauense.

Como a minha formação primordialmente é em Geografia (Graduação, Especialização e Mestrado), pretendemos utilizar a decodificação concedida pela ciência geográfica, tendo como gênese as relações socioespaciais, construídas segundo a

visão dos professores que participaram da formação continuada no período de agosto e setembro de 2023, servindo assim de base para este ensaio, pois segundo Milton Santos (2006), sendo o espaço geográfico artifício de estudo da Geografia, temos:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas. Paralelamente, impõem-se a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício e a complementaridade entre uma tecnosfera e uma psicosfera. E do mesmo passo podemos propor a questão da racionalidade do espaço como conceito histórico atual e fruto, ao mesmo tempo, da emergência das redes e do processo de globalização. O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local. (SANTOS, 2006, p. 12 e 13).

Portanto o espaço geográfico é lido como localidades, mais ou menos delimitadas, onde ocorrem atuações e interações dos seres humanos. Apresentando-se de diversas formas e tamanhos e tendo a influência eminente das corporeidades humanas em sua transformação, através de objetos e técnicas. Na escola este é percebido em construção latente, com inúmeras funções e normalmente com acolhimentos, em ambiências individuais, coletivas e bivalentes.

Durante a efetivação da aplicação desta formação em específico, que foi intitulada como: *Ciências Humanas - Gênero e Sexualidade na Contemporaneidade*. Entendemos que através da Geografia como disciplina, e no trabalho realizado pelo professorado em suas aulas, muitas vezes tendo como base a observação analítica dos acontecimentos em seus alicerces conceituais, a descrição de fatos relacionados a acontecimentos físicos e/ou sociais não satisfaziam a nossa ânsia dentro das discussões de temáticas vistas como novas e singulares. Estas precisavam de um aporte que muitos não receberam na formação inicial, cabendo a nós ofertamos na formação continuada.

Utilizando o espectro de Lugar em Geografia, obtivemos uma visão intimista na pesquisa e podemos perceber as tensões que surgem na escola durante as relações vividas no cotidiano desse ambiente. Pois segundo Tuan (1983):

O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para outro; é um objeto no qual se pode morar. [...] é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar. (TUAN, 1983, p. 14).

Para trabalharmos as temáticas de gênero e sexualidade era eminente e se exigia uma metodologia que agisse ativamente nesse processo de aprendizado, colocando os/as

professores como protagonistas de suas histórias. Desta maneira, surgiram opções de compartilhamento das experiências já vivenciadas em suas escolas, que foram sendo colocados no decorrer de nossa apresentação, nas trocas de experiências. Estes, por sua vez, foram a base para a estruturação da metodologia desenvolvida durante a pesquisa, que para melhor compreensão se fez necessário a utilização de procedimentos que serviram para promover o trabalho de difusão dos conhecimentos e, mais ainda, a utilização da pesquisa-ação.

Segundo Michel Thiollent (1986), pode-se definir a pesquisa-ação como uma prática investigativa que envolve parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Assim, “é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida” (THIOLLENT, 1986, p. 15). Neste sentido, o pesquisador torna-se ativo no processo de percepção e elucidação dos problemas encontrados, acompanhando de maneira próxima o desenvolver do trabalho, inclusive de maneira avaliativa. Esse método se mostrou eficaz graças à relação entre professor-pesquisador e os sujeitos atuantes na pesquisa. Onde a estática deu abertura a ação participativa no processo de produção cognitiva, chegando aos resultados através de trabalhos produzidos pelos/as professores após o desenvolvimento da formação continuada.

Advindo das exposições feitas anteriormente, a pesquisa justificou-se pela observância dos casos de violência vividos pelos/as estudantes LGBTQ+ na escola e suas proximidades. Essa situação de violência era observada é expressa nas falas e no cotidiano da sala de aula, por vários colegas professores, durante o nosso trabalho e/ou participação em formações continuadas no município de Maracanaú-CE e no desenvolver da pesquisa de Mestrado, através de entrevistas e questionário aplicado com os/as estudantes LGBTQ+ na escola onde foi feita a pesquisa (ECIM Presidente Tancredo Neves).

Esse contexto observado e vivenciado na escola corrobora com aquilo que é apontado em outras pesquisas: a LGBTQfobia é um dos principais motivos de repulsão e evasão deste público das escolas (ABRAMOVAY et all, 2015; EUROPEAN COMMISSION, 2011 apud SOUZA, 2013). Consequentemente, o preconceito e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero contribuem significativamente para a construção de memórias afetivas negativas nesses espaços.

Contudo, no decorrer desse artigo pretendemos argumentar que não somente as percepções negativas permeiam o imaginário afetivo deste grupo de estudantes.

Podemos perceber ainda a existência da construção de espacialidades afetivamente positivas, sendo essas efetivamente percebidas no decorrer da pesquisa desenvolvida que agora relatamos neste texto. Como ainda ressaltaremos a importância do papel de professoras e professores nesse processo de acolhimento e protagonismo estudantil.

Desse modo, esperamos contribuir para o desenvolvimento de um trabalho salutar na inclusão dos/as estudantes LGBTQ+. A pesquisa desenvolvida mostra a necessidade de trabalharmos a afetividade no interior e no entorno do espaço escolar, tendo como foco de compreensão as relações de utilização e percepção do Espaço Geográfico. Esse trabalho foi desenvolvido a partir de uma metodologia educacional baseada numa articulação que prega uma pedagogia ativa, proporcionando o protagonismo pedagógico de poucos profissionais que trabalham essa temática no município de Maracanaú, dando ênfase às relações afetivas, relacionadas ao espaço geográfico.

No sentido de lançar luz sobre os questionamentos levantados durante o processo de construção deste trabalho, a pesquisa se desenrolou em uma vertente que explorou as expressões de professoras e professores a partir da formação continuada e como ela se aplica no espaço escolar, diante de visões e realidades múltiplas, construídas nas relações com todos os membros da comunidade escolar. As perspectivas foram trazidas através de avaliações feitas ao final das exposições sobre a temática motora da investigação e registros de atividades pedagógicas realizadas pelo professorado em seus ambientes de trabalho, que proporcionaram a representação das relações estabelecidas entre estes indivíduos, os estudantes LGBTQ+ e as escolas palco destas atividades.

## **METODOLOGIA**

Esta fase da pesquisa se desenvolveu a partir de uma metodologia que valoriza a prática cotidiana. O trabalho se deu de tal forma que proporcionou em seu processo o direito de fala, possibilitando eticamente que os atores desta realidade pudessem se manifestar numa relação de confiança. Possibilitando assim, que a riqueza de informações pertencente a esses espaços fosse revelada.

Trabalhar com a investigação cotidiana nos proporcionou ainda assumir limitações perante a confrontação com o outro, podendo nos levar a um possível estranhamento através de nossos sentidos. Ainda mais dentro de uma realidade que nos

colocou em constante confronto com a temática pesquisada, já que trabalhamos em um ambiente inicialmente hostil a discussões de gênero e sexualidade, por se tratar de uma realidade nova perante alguns colegas de trabalho.

Segundo FERRAÇO (2007) para tornarmos a pesquisa leve em sua perspectiva, dando conta de nós mesmos e dos outros sujeitos, devemos estar atentos aos discursos não oficiais que fluem pelo ambiente pesquisado, ou seja, aqueles discursos não ditos, os que possuem suas explicações nas práticas cotidianas. São discursos das microdiferenças, esperando para serem proferidos, para se apresentarem ao pesquisador em suas transgressões. Outras vezes podendo até ser encarados como “malditos”, pois nos propomos a fazer a leitura das nuances impostas não só nas falas, mas também das ações.

Tais atores têm nos colocado em constante processo de observação dos discursos não ditos e nas falas implícitas que podem ser silenciadoras no processo educacional libertador. Sabemos que, juntamente com o processo de mudanças acarretados pela “nova dinâmica educacional”, vêm junto às regras comportamentais e de vestimentas, além das práticas de civismo em algumas escolas e o embutimento sorrateiro do cristianismo implícito nas homilias de acolhimento utilizadas nos momentos coletivos de recepção do alunado.

Conseguimos então perceber aqui pensamentos que coadunam com o Governo Federal anterior, exatamente aquela visão castradora que impõem o preconceito através da não discussão livre em sala de aula sobre vários assuntos como sexismo, racismo, xenofobia, LGBTfobia, capacitismo, dentre outros. Onde durante o processo de desenvolvimento do trabalho, cotidianamente, nos vemos agindo de maneira a não entrarmos em confronto direto com essa nova realidade recentemente introduzida.

Ainda conforme FERRAÇO (2007), pesquisar o cotidiano é compreender as redes de tessituras que envolvem o local, considerando os sujeitos como protagonistas na pesquisa, e não apenas objetos a serem analisados. Além disso, ressalta: “Qualquer imposição temática, qualquer desconsideração com relação às questões que estão sendo tecidas pelos sujeitos resulta em ‘descredenciamento’ (que na maioria das vezes não é verbalizado) de nossas pesquisas pelos sujeitos cotidianos” (FERRAÇO, 2007, p. 79). No desenvolvimento deste trabalho utilizamos, como dito anteriormente, a pesquisa-ação conforme THOLLENT (1986), a fim de embasar a metodologia, estruturando a forma de trabalho feita diante do cotidiano educacional, participando da observação ativamente, próximo dos protagonistas deste espaço, facilitando assim o

desvendar dos caminhos a serem seguidos para melhor desenvolver a escrita do trabalho.

De acordo com a visão de GIL (2002), quando nos referimos ao processo de desenvolvimento laboral científico devemos nos preocupar com todas as suas fases: desde pensar o que é o ato de pesquisar e sua importância na sociedade como um todo e sua problemática, passando pela elaboração da temática a ser pesquisada até chegarmos nos procedimentos técnicos adotados para o desenvolvimento desta. Neste sentido, acreditamos que para desenvolver o trabalho dentro de uma visão condizente com a luta educacional, corroboramos com o proposto por OLIVEIRA (1998) quando o mesmo diz que o pesquisador é um “artesão intelectual”, expondo como devemos proceder os caminhos da pesquisa. Percebemos, assim como Oliveira (1988) o faz, que os caminhos apontados por THIOLENT (1986) dentro da Pesquisa-ação, mesmo recebendo críticas, acaba por ser a melhor via em busca dos resultados almejados nesta empreitada científica. Compreendemos que este tipo de observação participativa é praticado por professores de maneira diária, dentro de uma ótica que harmoniza a compreensão dos conhecimentos prévios da academia juntamente com as deduções feitas no ambiente educacional.

Assim, baseados na pesquisa-ação não temos a pretensão de lançar uma visão parcializada sobre uma pretensa verdade intrínseca às relações, mas sim construir caminhos interpretativos que permitam problematizar o estudado e abrir novas vias de questionamentos e inquietações. Isso porque numa proposta de pesquisa baseada na realidade cotidiana consideramos que o conhecimento é construído nas interações entre os participantes do estudo, sendo que o pesquisador também é considerado dentro dessas interações.

Desta maneira buscamos facilitar a sugestão de abordagens que suscitam a produção de memórias afetivas positivas aos estudantes LGBTQ+ originado pelo trabalho de professoras e professores de Ciências Humanas e mais especificamente de Geografia, através do percebido em sala de aula e nos outros ambientes da escola, desta maneira podemos desenvolver conteúdos condizentes com a realidade do município estudado, proporcionando um aprimoramento do olhar de pesquisador em nossas práticas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**



Optamos para que abordagem dos resultados se desse através da aplicação de questionários por meio eletrônico (Google Forms), conseqüentemente, a tabulação de dados, gerando gráficos e tabelas no intuito de facilitar a leitura e discussão das indagações sobre as relações socioespaciais estabelecidas entre os estudantes LGBTQ+, formas didáticas apresentadas por professoras e professores, comunidade escolar e formação continuada.

Queremos através deste trabalho subsidiar meios de quebrar o pacto silencioso existente em nosso fazer docente, através de ações efetivas dentro das formações continuadas em Ciências Humanas, mais especificamente dando a nossa contribuição no componente curricular de Geografia, juntamente com as discussões de Gênero, Diversidade e Direitos Humanos que venham a desestruturar o silêncio ensurdecido acadêmico que por ventura tenha sido deixado para alguns de nós.

Pois ainda vemos uma reprodução patriarcal predominante em vários segmentos de nossa sociedade, partindo das famílias e sendo chancelado nas instituições responsáveis pela formação cultural, religiosa e educacional, onde se doméstica a aceitação de quem representa esse padrão excludente, assim como colocou FOUCAULT (2006):

[...] que diz respeito à família, à universidade e, de um modo geral, a todo o sistema escolar que, aparentemente, é feito para distribuir o saber. é feito para manter no poder uma certa classe social e excluir dos instrumentos do poder qualquer outra classe social. As instituições de saber, de previdência e de cuidados, tais como a medicina, ajudam também a sustentar o poder político. (FOUCAULT, p.114, 2006).

A Geografia, mais especificamente (minha Ciência de formação), por ser uma Ciência que trabalha o Espaço Geográfico leva-nos também a refletir sobre o *CIS*tema que rege a nossa sociedade e conseqüentemente dita as normas educacionais de nosso país. Aqui, o *CIS*tema é compreendido como o sistema social comum a todas, todos e todas em nossa sociedade, porém sendo aquele que habitualmente favorece as pessoas cisgênero em detrimento de pessoas LGBTQ+. Segundo Viviane Vergueiro Simakawa (2015):

A corruptela 'cistema', entre outras corruptelas do tipo, têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – 'cistêmico' – de perspectivas cis+sexistas, para além do paradigma individualizante do conceito de 'transfobia'. (SIMAKAWA, 2015, p.15).

Via de regra, temos uma educação falocêntrica e patriarcal, que exclui todas as discussões que possam tirar o foco da masculinidade frágil, ou seja, tudo aquilo que dê abertura sobre gênero e sexualidade. Na formação inicial, como Licenciatura em Geografia isso não é diferente, perpetuando-se assim majoritariamente uma visão

heterocisnormativa, que exclui essas necessidades contemporâneas e urgentes de debater ou, simplesmente, minimizar as disparidades colocando-as em algumas disciplinas com pouquíssimos textos genéricos sobre tais temáticas. Fazendo com que a formação continuada seja primordial na atualização de realidades pulsantes de nossa sociedade contemporânea e que molda a realidade de nossos estudantes.

Sabemos que, em governos anteriores, iniciamos a conversa sobre estes temas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Temas Transversais, inclusive com incentivos junto às Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. De acordo com a mudança vigente de governo e perspectivas avessas a estas pautas, nós temos total apagamento dos assuntos, que atualmente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são omitidos e invisibilizados, por conseguinte, não há nenhum incentivo para serem trabalhados pelas Secretarias de Educação e muito menos em sala de aula. Segundo o Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social (2021):

A pesquisa realizada por Fernanda Moura e Renata Aquino, do Movimento dos Professores contra o Movimento Escola sem Partido, identificou, até o final de 2020, sessenta e dois (62) projetos de lei exclusivamente antigênero sendo processados em nível de estados e municípios, além de outras quarenta e quatro (44) disposições da lei estadual e municipal promovidas por grupos antigênero em parceria com o movimento Escola sem Partido. No Congresso Nacional, foram apresentadas vinte e três (23) disposições que se remetem à linguagem do Escola sem Partido ou a legislações antigênero. (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 31).

Cabe a nós educadores, nos apropriarmos da legislação educacional, encontrarmos brechas para introduzirmos tais conteúdos, dentro de nossa disciplina (através de temáticas que sejam interligadas e sugerimos junto aos núcleos de formação das Secretarias de Educação a necessidade de formações sobre tais temáticas), mostrando a realidade latente nas escolas que está permeada de *bullying* LGBTfóbico, de violência de gênero, de violência doméstica e familiar etc. Diante da defesa de crianças e adolescentes o Supremo Tribunal Federal – STF diz que:

As decisões do STF, ao julgar onze ações das dezesseis leis que tratam de leis municipais e estaduais inspiradas em propostas do movimento Escola Sem Partido, em sua maioria, leis antigênero, reforçaram a legitimidade dos marcos legais que sustentam a abordagem de gênero e sexualidade na educação brasileira<sup>66</sup> e determinaram, entre outros pontos, ser inconstitucional a atuação persecutória desses movimentos contra o professorado que aborda gênero e sexualidade na perspectiva dos direitos. As decisões também afirmaram ser dever do Estado brasileiro garantir a educação em gênero e sexualidade como forma de prevenir o abuso sexual e a violência doméstica contra crianças e adolescentes [nota 67]; e estabeleceram a fronteira entre os direitos das famílias e os direitos das crianças e adolescentes de acessarem conhecimentos humanísticos e científicos nas escolas mesmo que contrários às doutrinas religiosas e

políticas de suas famílias como parte do seu direito constitucional à formação cidadã. (Relatório Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social, 2021, p. 33).

A abertura proporcionada pela interseccionalidade que meandra com os saberes geográficos nos apresenta horizontes que alavancam discussões suleadoras sobre essas “novas geografias” que se desprendem da vertente universitária roteirizada na visão eurocentrada. Nos proporcionando novos e reais horizontes que proporcionam maior intimidade com a população marginalizada pelo academicismo prevalecente durante tantas décadas.

Partindo dessas inspirações podemos ter estratégias provenientes das geografias feministas e como também das discussões de gênero e sexualidade, que busquem pensar uma Geografia escolar mais inclusiva, que veja as minorias excluídas como os grandes agentes construtores deste espaço educacional. Podemos trabalhar em sala de aula com metodologias ativas, que coloquem nossos estudantes como protagonistas de seus espaços.

Iniciaremos a partir dos materiais básicos didáticos, mas sempre utilizando suas realidades como pano de fundo para a apuração crítica do que discutimos e mais ainda, colocando sempre que possível a pauta de gênero e sexualidade que tanto é necessária na educação contemporânea.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante o processo de continuidade da pesquisa, foi conversado com o professorado que participou das formações continuadas e posteriormente com alguns estudantes, em uma quantidade amostral de cinco escolas da rede municipal, como se daria o levantamento dos resultados esperados. Com os profissionais foi aplicado um questionário online, através da ferramenta Google Forms, para a apuração de dados durante o processo de pesquisa, onde podemos ver de que maneira a formação continuada contribui/contribuiria para suas práticas pedagógicas. Quanto aos estudantes, queríamos perceber como atualmente o espaço escolar se apresenta, como ainda de que forma os adolescentes LGBT+ se percebem na convivência e construção das relações afetivas no mesmo, através de entrevistas.

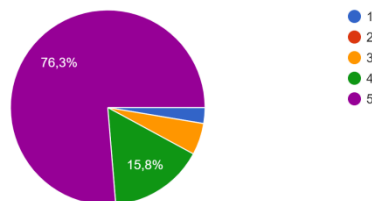
Os questionários contaram com vinte e sete questões objetivas e subjetivas que buscavam fazer um levantamento sobre a temática abordada nas formações continuadas dos meses de agosto e setembro de 2023, seguindo a divisão: Duas questões gerais e

opcionais de identificação; I - Autoavaliação (06 questões), II - Quanto a equipe formadora (06 questões), III - Quanto à formação (07 questões), IV - Infraestrutura/Apoio logístico (04 questões) e V - Sugestões e comentários (01 questão).

Já com o alunado, queríamos saber sobre suas relações socioespaciais no ambiente escolar e de que maneira as práticas docentes aplicadas pelos professores de Ciências Humanas contribuem positivamente para a permanência destes em suas escolas. E ainda buscar entender como se desenham os relacionamentos familiares em torno dessas temáticas e de que forma os mesmos podem refletir na convivência cotidiana escolar, trazidos por exposições feitas pelos próprios professores durante os debates e alunos nas conversas.

A avaliação referente ao encontro formativo fomentada ao final das exposições, dispunha-se a partir dos seguintes critérios: de acordo com a escala crescente de 1 a 5, atribuindo o valor que melhor expressa sua avaliação, sendo: 1 - menor valorização e 5 - maior valorização. Diante disso, trago aqui algumas questões pertinentes à pesquisa:

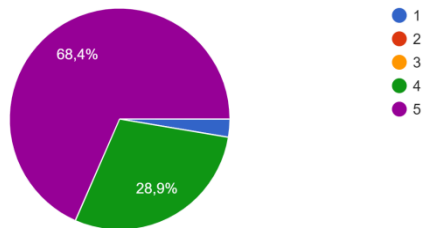
Interesse nas metodologias propostas:  
38 respostas



O grupo tem um total de mais ou menos 60 professoras e professores (sendo um valor oscilante) e neste mês de setembro, obtivemos 38 respostas ao questionário (Destes, houve uma pessoa que não se identificou e nem a escola onde trabalhava que atribuiu nota 01 em todas as questões e ainda deu uma sugestão claramente avessa a temática abordada, levando a crer que seja uma manifestação de LGBTfobia). Neste universo, 76,3% dos que responderam, acreditam que a temática abordada na formação continuada e as propostas de trabalho expostas são muito importantes para os seus trabalhos em sala de aula.

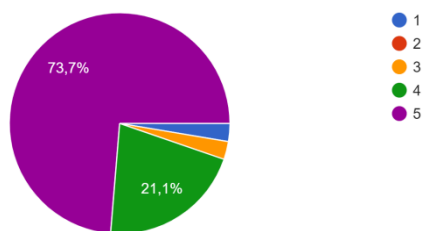
As metodologias utilizadas facilitaram a aprendizagem:

38 respostas



Os conteúdos abordados têm pertinência com o trabalho docente.

38 respostas



Destes, 68,4% veem a metodologia utilizada como facilitadora no processo de ensino e aprendizagem deste conteúdo para seus estudantes e 73,7% dizem que os conteúdos abordados têm pertinência com o trabalho docente. Consequentemente, vemos que a formação continuada a partir desses dois pontos, vem cumprindo seu papel de aproximar nossos educadores de temáticas contemporâneas, aquelas que são necessárias à realidade de nossas comunidades escolares.

Dentre as conversas com estudantes de algumas das escolas visitadas, a exemplo a Escola Municipal Maria Isis Menezes de Andrade Construindo o Saber, que já desenvolve há vários anos a ação “Saias que Contam” e do projeto “Meu cabelo é um ato político”, em conversa com estudantes que fazem parte dos dois movimentos, podemos perceber o quanto é importante que nossas professoras e professores continuem o processo de reciclagem sobre temáticas que são cada vez mais necessárias a nossa modernidade e aos nossos estudantes. Dando assim abertura para que todas, todos e tod@s possam participar de maneira acolhedora do ambiente escolar.

Na ECIM Presidente Tancredo Neves, permanece a semente plantada durante o desenvolvimento do trabalho de Mestrado que deu origem a este artigo. O mesmo se expandiu e segmentou para outros componentes curriculares, além de Geografia, sendo trabalhado pela maioria dos educadores que atuam na escola, fato constatado pelos

relatórios de visitação e acompanhamento pedagógico da Secretaria de Educação, que é realizado todos os meses, desde 2022, através de assessoria e registrado em relatórios.

Os projetos desenvolvidos por nossos professores muitas vezes não são direcionados especificamente ao público LGBT+, mas o mais importante, acolhem de braços abertos esses estudantes e dão vez e voz para que os mesmos participem efetivamente de suas ações. Esse processo de acolhimento é incentivado através de nossas formações continuadas e incentivado a fazer parte dos Projetos Políticos Pedagógicos de suas escolas, para assim continuarmos construindo escolas cada vez mais acolhedoras.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WASELFISZ, Júlio Jacobo. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Brasília-DF: Flacso -Brasil, OEI, MEC, 2015.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisar com o cotidiano. Educação e Sociedade. Campinas, v. 28, n. 98, jan./abr. 2007, p.73-95. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 28 de fev de 2018
- FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber / Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta: tradução, Vera Lucia Avellar Ribeiro. - 2.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FREITAS, Edjango Lima. Territorialidades LGBTQIA+ na Educação Básica: A Oficina Geográfica de Gênero e Sexualidade como Ferramenta de Luta e Resistência. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Natal – RN: p. 140. 2021.
- GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOPES, Denilson. Por uma nova invisibilidade. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 458. (Coleção Educação para Todos, vol. 32), UNESCO, 2009.
- Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social. Relatório Submetido ao Mandato do Perito Independente das Nações Unidas sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero e Direitos Humanos por: ABIA - Observatório de Políticas de Sexualidade; Ação Educativa; Gênero e Educação; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Conselho Latino Americano das Mulheres - (CLADEM/Brasil); CONECTAS Direitos Humanos; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais; IPAS. 2021. disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>>. Acessado em: 01 de dezembro de 2021.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa. OLIVEIRA, Paulo S. Metodologia das ciências humanas. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4ª. ed. 2ª. reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244p.



Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. -São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.